



**COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA**  
**GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO**

PROCESSO Nº 50901.000113/2026-77

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. A Gerência de Recursos Humanos – GERHUM, por intermédio do Processo SEI 50901.000113/2026-77, solicita autorização para a realização de credenciamento para contratação de empresa cadastrada para prestação do serviço de alimentação coletiva, a fim de atender as necessidades desta Companhia no que tange à concessão do benefício do auxílio alimentação, tendo em vista o término do prazo do Contrato Administrativo nº 36/2021.

**2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Credenciamento de empresa(s) para a prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, intermediação e emissão de cartões eletrônicos com chip para o fornecimento do auxílio alimentação, para os empregados e diretores da Companhia Docas do Pará CDP, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

**3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

3.1. A CDP é participante do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), proporcionando aos seus empregados a melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida, o aumento de sua capacidade física e da resistência à fadiga, aumento de resistência a doenças e a redução de riscos de acidentes de trabalho.

3.2. Como benefícios para a empresa, deve-se destacar o aumento de produtividade, a maior integração entre trabalhador e empresa, a redução do absenteísmo (atrasos e faltas) e da rotatividade, a isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida e o incentivo fiscal.

3.3. Cumprimento das obrigações estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho, de caráter obrigatório.

3.4. Por fim, é um incentivo a mais na manutenção da motivação e comprometimento do quadro de empregados da Companhia Docas do Pará.

**4. METODOLOGIA**

4.1. A presente contratação será realizada mediante credenciamento por inexigibilidade de licitação, observando os dispositivos normativos e legais, notadamente o Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento e Licitações e Contratos da Companhia (IN-2102-01) e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

4.2. A metodologia aplicada para a realização do trabalho será com base nas especificações técnicas dispostas no Termo de Referência que possibilitem a efetiva execução objeto da contratação.

**5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

5.1. A(s) credenciada(s) deverá(ão) operar, necessariamente, por regime fechado de pagamento, visando o controle da rede credenciada/itens elegíveis, prevenção a fraudes/desvio de finalidade e garantia de uso exclusivo para alimentação.

5.2. A indicação se justifica pelas seguintes características:

a) Garantia de que os benefícios sejam utilizados da forma adequada, dentro de um escopo definido;

b) Possibilidade de controle e acompanhamento dos gastos pela Administração;

c) Maior segurança e conformidade em relação à utilização dos recursos, reduzindo o risco de fraudes e garantindo que os pagamentos sejam realizados de acordo com as regras estabelecidas, reforçando -inclusive- a aderência ao PAT e o controle “de ponta a ponta”;

d) Garantia de que o benefício seja utilizado exclusivamente para a compra de alimentos, evitando que seja utilizado para outros fins;

e) Garantia de que o benefício será utilizado apenas na rede credenciada pela operadora, ou seja, apenas em estabelecimentos credenciados para o fornecimento de alimentos.

5.3. A(s) credenciada(s) deverá(ão) fornecer cartões eletrônicos com chip para os beneficiários, neles creditando o valor referente ao benefício alimentação. Os cartões deverão ser emitidos com chip eletrônico de segurança, possuir sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível para cada cartão, para validação das transações por meio de sua digitação pelo usuário no ato da utilização.

5.4. Os cartões deverão ter validade mínima de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão.

5.5. Os cartões disponibilizados deverão ser numerados e entregues personalizados com o nome do usuário, razão social da Contratante e numeração de identificação, e possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios *in natura* nos estabelecimentos credenciados.

5.5.1. É possível a abreviação da razão social da CDP e do nome do empregado nos cartões físicos, devido à eventual limitação de caracteres, desde que não comprometa a identificação do usuário.

5.5.2. Sem prejuízo do fornecimento obrigatório de cartões físicos, equipados com chip de segurança, a contratada poderá disponibilizar meio alternativo ao cartão eletrônico, a exemplo de aplicação mobile, ferramenta online ou outro mecanismo que venha a ser autorizado por legislação, obrigando-se a cuidar dos aspectos de proteção de dados e segurança da informação dos beneficiários e da Contratante.

5.6. Os cartões deverão ser entregues em envelope lacrado, juntamente com a senha de acesso, manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito pelo beneficiário, quando do recebimento, estando então disponível para utilização do usuário.

5.7. A(s) Contratada(s) deverá(ão) disponibilizar os seguintes serviços aos usuários dos cartões eletrônicos:

a) Consulta de saldo, créditos e débitos do cartão eletrônico e data de próxima recarga;

b) Consulta de rede credenciada;

c) Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano;

d) Solicitação de 2ª segunda via de cartão eletrônico ou senha;

e) Disponibilização de aplicativo para smartphone, para os sistemas operacionais Android e IOS para as opções acima.

5.8. A(s) Contratada(s) deverá(ão) dispor de central de relacionamento para atendimento dos usuários e da área técnica da CDP.

5.9. Quanto ao pedido de vale alimentação mensal, a(s) Contratada(s) deverá(ão) dispor de:

a) Informatização dos controles por intermédio de Sistema Integrado de Gestão do Benefício, possibilitando um maior controle do benefício e dos gastos.

b) Implantação de software de gerenciamento integrado, 100% via web, *on line*, com captura eletrônica de dados, liquidação financeira dos gastos, oferecendo relatórios gerenciais de controle da situação e das despesas de cada usuário, imediatamente após a validação nos estabelecimentos credenciados.

5.10. A CONTRATADA deverá processar os arquivos de pedidos do benefício de alimentação, por empregado, em lote. O arquivo será gerado pelo Sistema Senior (módulo: Benefícios e Tarefeiros) utilizado pela CDP, no formato txt ou de planilha eletrônica e transferido à CONTRATADA, por meio da plataforma ou outro meio definido na reunião inicial. Nesse sentido, a CONTRATADA deve realizar tratativas e ajustes necessários a fim de viabilizar a devida integração do arquivo para efetivação do pedido.

5.11. A recarga mensal deverá estar disponível até o dia 20 (vinte) de cada mês ou data a ser determinada pela CDP, de acordo com a solicitação do pedido do crédito via Sistema.

5.12. A(s) Contratada(s) deverá(ão) entregar os cartões de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, em regra, no endereço abaixo, exclusivamente aos empregados da Contratante disponíveis para atendimento na Supervisão de Administração e Recursos Humanos (SUPARH):

Companhia Docas do Pará  
A/C SUPARH / GERHUM CDP  
Av. Presidente Vargas, nº 41  
Belém/PA CEP 66010-000 Bairro Campina

5.12.1. Eventualmente, a pedido da CONTRATANTE, os cartões serão entregues na administração dos seguintes Portos da CDP: Porto de Vila do Conde - Rodovia PA 481 - Km 2.3, CEP: 68447-000, Barcarena - PA; Porto de Santarém - Av.: Cuiabá, s/n. - Bairro Vera Paz, CEP: 68.040-4000, Santarém - PA; Porto de Itaituba - Rua: 1ª Rua Beira Rio, s/n - Miritituba/PA; e Porto de Altamira - BR-230 - Jardim Independente II, CEP: 68372-760, Altamira - PA.

5.13. O sistema dos cartões eletrônicos com chip, disponibilizado pela(s) contratada(s), deverá possuir meio de controle de recuperação de senha que evite fraude.

5.14. A(s) contratada(s) deverá(ão) disponibilizar e manter em funcionamento durante toda a vigência contratual um Serviço de Atendimento ao Cliente, com suporte 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para prestar informações, receber comunicações de interesse da Companhia Docas do Pará e de seus beneficiários, em especial, solicitação de bloqueio dos cartões.

5.15. A disponibilização dos cartões eletrônicos deverá observar os seguintes prazos e condições:

a) emissão e entrega de 1ª via dos cartões (lote inicial): até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CDP, sem ônus para a CDP ou para o usuário;

b) emissões e entregas subsequentes de 1ª via de cartões: prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido, sem ônus para a CDP ou para o usuário;

c) segunda ou demais vias dos cartões: prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão eletrônico, sem ônus para a CDP ou para o usuário.

5.16. A(s) Contratada(s) deverá(ão) possuir rede adequada de estabelecimentos credenciados e ativos para a aceitação dos cartões, nas quantidades mínimas abaixo discriminadas, devendo disponibilizar a relação nominal dos estabelecimentos e respectivos endereços, para comprovação, na fase prévia à votação dos beneficiários.

5.16.1. Visando assegurar a disponibilidade, capilaridade e efetiva utilização do benefício, os serviços deverão ser prestados, além dos municípios e capitais definidos neste TR, em todas as outras capitais no país, de acordo com os quantitativos mínimos de estabelecimentos credenciados para utilização do serviço não inferior a:

**RIO DE JANEIRO(RJ):** 50 Estabelecimentos

**SÃO PAULO(SP):** 50 Estabelecimentos

**BRASÍLIA (DF):** 50 Estabelecimentos

**BELÉM (PA):** 50 Estabelecimentos

**GOIÂNIA (GO):** 05 Estabelecimentos

**SANTARÉM (PA):** 10 Estabelecimentos

**BARCARENA (PA):** 10 Estabelecimentos

**ALTAMIRA (PA):** 05 Estabelecimentos

**CASTANHAL (PA):** 05 Estabelecimentos

**ITAITUBA (PA):** 05 Estabelecimentos

**ÓBIDOS (PA):** 05 Estabelecimentos

5.16.1.1. A rede credenciada foi estimada considerando a localização dos Portos da Companhia em que os empregados da CDP exercem atividades, o parâmetro de aceitabilidade, bem como o quantitativo mínimo estabelecido para a empresa atualmente contratada, cujo serviço - até a presente data - permanece sendo realizado a contento. Em adição ao mínimo estabelecido ao contrato vigente, foram inseridas as localidades onde há empregados cedidos, ou área de grande trânsito de empregados da CDP para atividades relacionadas à empresa, como *benchmarking*, congressos, palestras e capacitações em geral.

5.17. Entende-se por rede credenciada adequada o conjunto de estabelecimentos que forneçam gêneros alimentícios para preparo e consumo doméstico, em número suficiente para suprir as demandas das regiões demonstradas, observando o número de beneficiários, abrangendo hipermercados, supermercados, armazéns, mercearias, açougues, peixarias, hortimercados, comércios de laticínios e padarias, rede de atendimento diversificada em centros comerciais, ou quaisquer outros estabelecimentos que prestem os serviços do gênero.

5.18. Não deverá haver limitação por quantidade de vezes de uso diário, ou seja, os beneficiários poderão utilizar os cartões quantas vezes forem necessárias, sem limites de quantitativo de vezes de utilização, sempre respeitado o limite do saldo do valor do benefício.

5.18.1. A(s) contratada(s) deverá(ão) garantir, além das obrigações previstas no PAT, que os cartões para aquisição de gêneros alimentícios sejam aceitos pelos estabelecimentos credenciados.

5.18.2. A(s) contratada(s) deverá(ão) permitir o convênio, a qualquer tempo, de estabelecimentos comerciais.

5.18.3. Os estabelecimentos credenciados poderão ser substituídos pela(s) contratada(s) durante a vigência do contrato, desde que tal alteração não prejudique o quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados, conforme o presente Termo de Referência, e não acarrete a queda do padrão do serviço.

5.18.4. A Contratante poderá solicitar que a(s) contratada(s) efetue(m) convênios com estabelecimentos comerciais, para utilização dos cartões eletrônicos nas localidades onde a sede ou as representações da CDP venham a exercer suas atividades, em quantidade suficiente para o adequado atendimento às necessidades dos usuários.

5.19. O percentual relativo à taxa de administração deverá ser igual a ZERO (0,00%), sem custo de qualquer operação necessária à sua execução, não sendo admitidas cobranças de tarifas, comissões ou taxas extras para cobertura de serviços ou procedimentos inerentes à execução do objeto, nem mesmo para emissão ou reemissão de primeiras ou segundas vias de cartões.

5.19.1. A(s) empresa(s) requerente(s) do credenciamento não poderá(ão) conceder qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado.

5.20. A(s) Contratada(s) deverá(ão) disponibilizar os créditos aos beneficiários da Contratante na data pré-determinada no ato de realização do pedido.

5.21. Em caso de desligamento do empregado, o saldo remanescente em seu CPF permanecerá disponível para uso até seu total esgotamento.

5.22. A(s) Contratada(s) deverá(ão) disponibilizar canal formal, gratuito e acessível para que os usuários denunciem irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento, via SAC 24 horas ou aplicativo mobile.

## 6. VALOR DE REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVA DA DEMANDA

6.1. Considerando as projeções apresentadas, o valor estimado para 492 beneficiários, durante o período de 5 (cinco) anos, é de R\$ 58.833.633,74 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e trinta e três mil seiscentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

6.2. A CDP não se vincula a executar o valor global estimado, uma vez que, ao longo da vigência do contrato, o número de beneficiários e o valor dos benefícios poderão sofrer alterações para mais ou para menos.

## 7. HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1. A(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar os documentos elencados abaixo, para fins de comprovação de habilitação técnica:

7.1.1. Registro no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);

7.1.2. Atestado de Capacidade Técnica (ACT), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual reste comprovada a experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços, a execução prévia de forma satisfatória dos serviços, com características compatíveis com as exigidas neste documento, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) dados da empresa licitante: nome, CNPJ;

b) dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;

c) descrição dos serviços com dados que permitam o amplo entendimento dos serviços realizados e identifiquem a compatibilidade com o previsto no presente Termo de Referência, indicando a prestação de serviço a, no mínimo, 246 beneficiários;

d) dados do emissor do atestado: nome e contato; e

e) local, data de emissão e assinatura do emissor.

## 8. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

8.1. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando tratar-se de contratação de prestação de um único serviço, resultando num maior nível de controle dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados.

8.2. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## 9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão e fiscalização do contrato serão nominalmente designadas após a assinatura do instrumento contratual, e consistirá na verificação da conformidade com o Termo de Referência e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do instrumento contratual.

9.2. Como mecanismos de comunicação entre a(s) Contratada(s) e a CDP, quanto a ferramentas para a gestão do contrato, serão utilizadas planilhas eletrônicas, correspondências eletrônicas (e-mail) e contatos via telefone.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e nos termos do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP (<https://www.cdp.com.br/wp-content/uploads/2023/01/IN-2102.01-LICITACOES-E-CONTRATOS-V-2.0-1.pdf>).

## 10. ATENDIMENTO / AGENTE DE RELACIONAMENTO

10.1. Será disponibilizado(a), no mínimo, um(a) agente de relacionamento empresarial da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional, o(a) qual deverá responder questionamentos acerca das movimentações (inclusão/exclusão) de beneficiários, do pagamento, bem como auxiliar na correção de outras demandas apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados, em até 24 horas.

10.1.1. O agente de relacionamento empresarial indicado deverá dispor de telefone e e-mail corporativo, para viabilizar as tratativas junto à CONTRATANTE.

10.2. A inclusão ou exclusão de beneficiários deverá ser solicitada por empregado da CDP responsável pelo cadastramento, sem limitação mínima, mediante sistema *web*.

**11. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será permitida a subcontratação.

**12. INCLUSÃO DE NOVOS SERVIÇOS**

12.1. Na hipótese da CONTRATADA oferecer novos serviços voluntariamente e/ou por alterações (inclusões) de normas regulamentadoras e/ou dispositivos legais que não constem do presente Termo, caberá à CONTRATADA executar tais serviços dentro dos limites da legislação relacionada ao objeto desta contratação, sendo vedado, no entanto, realizar cobrança de valores ou taxas pelos serviços a serem incluídos.

**13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

13.1. O contrato terá vigência e execução de 05 (cinco) anos, a contar -desde que devidamente formalizado- da data de rescisão ou do término do contrato vigente, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida na Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 71, bem como nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações e Contratos.

13.2. Registra-se que a fixação do prazo de vigência contratual em 05 (cinco) anos para o fornecimento de vale-alimentação fundamenta-se na natureza de serviço continuado do objeto, cuja necessidade é permanente e indispensável à subsistência dos empregados, sendo a vigência quinquenal a solução que melhor atende aos princípios da eficiência e economicidade, ao mitigar custos de integração sistêmica e evitar o risco de descontinuidade do benefício alimentar por excessivos ritos procedimentais anuais.

**14. DA CONTRATAÇÃO, REAJUSTE/REPACTUAÇÃO, E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O valor percentual relativo à taxa de administração será fixo, zero e irrevogável, durante toda a vigência do contrato.

14.2. Os valores dos benefícios de alimentação poderão ser reajustados ao longo da vigência do contrato, em virtude de negociações coletivas.

**15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante apresentação de Notas Fiscais, Demonstrativos Mensais dos Beneficiários com valores individualizados e total, Boletos, e das seguintes Certidões: a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) Certificado de Regularidade do FGTS; c) Certidão Negativa da Fazenda Municipal do domicílio fiscal da licitante; e d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos emitidos de forma antecipada à efetivação dos créditos.

15.2. Em até 02 (dois) dias úteis após a Contratante realizar os pedidos, os documentos listados no item anterior deverão ser protocolados pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro meio disponibilizado pela CONTRATANTE, a exemplo do e-mail "protocolo@cdp.com.br", para que seja iniciado e encaminhado o processo à fiscalização do contrato a fim de certificar a nota fiscal eletrônica/fatura, viabilizando, desse modo, o pagamento.

15.3. Caso a CONTRATADA não encaminhe a documentação completa no prazo estipulado, esta estará sujeita às penalidades dispostas no presente Termo de Referência, inclusive em relação ao cancelamento da Nota Fiscal e emissão de nova NF/Boleto para fins de recolhimento de impostos na mesma competência por parte da CONTRATANTE, bem como atualização da data de vencimento do boleto com a quantidade de dias correspondentes aos dias de atraso.

15.4. Havendo erro na apresentação da Notas Fiscais, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado para que a(s) Contratada(s) providencie(m) as medidas saneadoras, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Os esclarecimentos que se fizerem necessários para dirimir alguma dúvida serão solicitados à CONTRATADA, a qual terá até 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte à data do recebimento da fatura, para conceder devolutiva.

15.6. A interrupção da prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, pela CONTRATADA, sem motivo justificado, será considerada como abandono, o que poderá ocasionar a aplicação das sanções legais definidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato a ser assinado, bem como em toda a legislação pátria.

**16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

16.1. A contratação em questão obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012 c/c Decreto nº 9.178/2017, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber. Nesse sentido, a CONTRATADA deverá:

16.1.1. Orientar seus funcionários quanto à separação e descarte correto dos resíduos produzidos, conforme gerenciamento de resíduos da Companhia;

16.1.2. Fazer o uso racional da água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício, e promover ações e/ou utensílios que promovam a redução do consumo;

- 16.1.3. Repassar aos seus funcionários todas as informações referentes à redução do consumo de recursos;
- 16.1.4. Realizar descarte ambientalmente adequado e conforme a legislação vigente dos resíduos gerados na atividade de monitoramento;
- 16.1.5. Priorizar aquisição de insumos, materiais e equipamentos no mercado local; e
- 16.1.6. Dar preferência para o uso de materiais, tecnologias e matérias primas de origem local, reciclados, atóxicos e biodegradáveis, quando cabível, e que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

## **17. OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)**

### **17.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- 17.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 17.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 17.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 17.1.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 17.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação exigidas na contratação;
- 17.1.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento do bem ou execução do serviço objeto da contratação;
- 17.1.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da execução do serviço objeto da contratação durante a execução do contrato;
- 17.1.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 17.1.9. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização no uso de água e de energia elétrica no uso dos equipamentos;
- 17.1.10. Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a CONTRATANTE entender conveniente;
- 17.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 17.1.12. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições deste contrato, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância às especificações constantes neste Termo de Referência, respondendo perante a CDP e terceiros, por perdas e danos que der causa, pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da formalização e da execução do presente contrato;
- 17.1.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 17.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 17.1.16. As licenças para a execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, assistida, quando necessário, pela CDP;
- 17.1.17. Constitui obrigação da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais cabíveis;
- 17.1.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 17.1.19. A CONTRATADA obriga-se a corrigir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

- 17.1.20. Observar, durante todo o período contratual, a legislação referente ao PAT, em suas mais recentes atualizações;
- 17.1.21. Manter um padrão elevado de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões com chip eletrônico de segurança, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;
- 17.1.22. Fornecer os layouts dos arquivos eletrônicos que serão enviados para efetivação dos pedidos de créditos dos benefícios, possibilitando à CDP a geração de arquivos eletrônicos compatíveis com o sistema informatizado da(s) Contratada(s);
- 17.1.23. Efetuar mensalmente a recarga dos créditos nos cartões eletrônicos com chip por meio de arquivo eletrônico a ser fornecido pelo CDP;
- 17.1.24. Encaminhar, mensalmente, relatório com as informações sobre estornos (parciais e totais) contendo nome do empregado, valor base de cálculo e o valor efetivamente estornado, além da referência do atendimento (protocolo);
- 17.1.25. Devolver os valores dos benefícios comprados indevidamente, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da solicitação da CDP, podendo ser compensados nos pedidos e faturamentos subsequentes;
- 17.1.26. Organizar e manter relação atualizada de rede credenciada que se adapte às necessidades da Contratante, fornecendo a referida relação sempre que solicitada(s);
- 17.1.27. Realizar o bloqueio imediato do cartão eletrônico, em caso de notificação de perda, furto ou extravio;
- 17.1.28. Emitir, automaticamente, segunda via dos cartões eletrônicos em caso de perda, furto ou extravio do cartão, mediante bloqueio via site/portal ou aplicativo e efetuar a transferência de saldo remanescente para o novo cartão; e
- 17.1.29. Observar a matriz de risco.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (CDP)**

- 18.1. São obrigações da CONTRATANTE:
- 18.1.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço e sanções administrativas;
- 18.1.2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 18.1.3. Acompanhar o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita;
- 18.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 18.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 18.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do bem ou realização do serviço objeto da contratação;
- 18.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de execução do serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 18.1.8. Realizar os pedidos de créditos nos cartões por meio de arquivo eletrônico com modelo disponibilizado pela(s) contratada(s);
- 18.1.9. Definir e informar os valores e quantidades de créditos a serem efetuados nos cartões eletrônicos dos usuários;
- 18.1.10. Fornecer meios digitais para receber a nota fiscal, faturas e demais documentos referentes ao pagamento;
- 18.1.11. Devolver à Contratada a(s) nota(s) fiscal(ais) contendo incorreções, com as razões da devolução, para as devidas retificações;
- 18.1.12. Efetuar os pagamentos dos valores referentes ao objeto contratado, conforme a quantidade de créditos solicitados, observados o número de beneficiários, o valor facial dos créditos e os limites e condições previstos no contrato;
- 18.1.13. Efetuar pagamentos à luz das condições estabelecidas neste Termo de Referência; e
- 18.1.14. Observar a matriz de risco.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. As sanções administrativas serão aplicadas nos termos da Lei nº. 13.303/2016 e da Seção sobre Sanções Administrativas do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP.
- 19.2. As espécies de sanções administrativas aplicáveis ao Licitante e a CONTRATADA são:
- 19.2.1. I - advertência;
- 19.2.2. II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 19.2.3. III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CDP, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- 19.2.4. IV - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para as contratações oriundas do Pregão previsto na Lei nº 14.133/2021, quando a Licitante ou CONTRATADA apresentar as seguintes condutas:

- a) não celebrar o contrato;
- b) não manter a proposta;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) cometer fraude fiscal; e
- g) não assinar a ata ou o contrato, quando convocada, dentro do prazo estabelecido no Regulamento.

19.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a indicada no inciso II, conforme a gravidade do fato.

19.4. A sanção prevista no inciso III poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84 da Lei no 13.303/2016.

19.5. A aplicação das penalidades elencadas no caput deste artigo não impede a resolução do contrato pela CDP.

19.6. Compete ao Diretor Presidente - DIRPRE a aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV.

19.7. No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei no 12.527/2011 e do Decreto no 7.724/2012.

## **20. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

20.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

## **21. RESCISÃO**

21.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caibam à CONTRATADA outros direitos, especialmente o de indenização, além daquele referente ao pagamento dos serviços já prestados e, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 83 da Lei nº. 13.303/2016, bem como as previsões do Capítulo VI, Seção III do Regulamento de Licitações e Contratos.

21.2. Em qualquer caso, a rescisão, com suas condições, deverá ser consignada em termo próprio.

21.3. Caso venha a ser rescindido o contrato, independentemente das causas que ensejaram a rescisão, fica a CONTRATADA responsável pelo cancelamento dos serviços objeto do presente ajuste e pelos serviços que venham a ser prestados aos empregados da CONTRATANTE, após o cancelamento ou interrupção do contrato.

## **22. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

22.1. Das penalidades aplicadas caberá recurso, nos termos do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP, consulta por intermédio do link <https://www.cdp.com.br/wp-content/uploads/2023/01/IN-2102.01-LICITACOES-E-CONTRATOS-V-2.0-1.pdf>.

## **23. COMPLEMENTAÇÃO E MODIFICAÇÃO**

23.1. O Contrato poderá ser modificado ou complementado, mediante acordo entre as partes, observado as formalidades legais e regulamentares pertinentes, para solução dos casos omissos e dúvidas emergentes, à luz do Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento e Licitações e Contratos da Companhia (IN-2102-01) e à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante Termo Aditivo considerado integrante do Contrato.

## **24. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

24.1. Não se aplica, nos termos do Art. 126, §1º da IN-2102.01, fundamentando-se na natureza do objeto e na modelagem da contratação. Trata-se de serviço de fornecimento de auxílio-alimentação em que o risco de inadimplemento financeiro pela Administração é mitigado pelo fluxo de faturamento condicionado à efetiva carga dos créditos, atrelado à taxa de administração de ZERO (0,00%).

## **25. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

25.1. A contratação se limitará a até 3 (três) empresas credenciadas que obtenham, por meio de votação (meio eletrônico), no mínimo 30% de votos do total de beneficiários participantes da votação.



25.1.1. A limitação de empresas a serem contratadas não representa delimitação de credenciamentos, uma vez que todas as empresas que atenderem às condições editalícias poderão ter contratos firmados, desde que atinjam o percentual mínimo estabelecido e atendam os critérios pré-definidos, embasados no poder discricionário e respeitando o interesse público.

25.1.2. A definição de quantitativo máximo de empresas a serem contratadas tem o objetivo de assegurar: a viabilidade operacional da contratação, o controle administrativo eficaz sobre os créditos disponibilizados, a uniformidade no tratamento aos beneficiários, a otimização da gestão do benefício e a racionalização dos custos operacionais, mitigando custos diretos e indiretos com múltiplas integrações de plataformas e interfaces de realização de pedidos e pagamentos.

25.2. Caso nenhuma empresa atinja o percentual de 30%, a empresa mais votada será a única contratada.

25.3. A CDP receberá da(s) credenciada(s), exclusivamente por meio eletrônico (e mail), material de comunicação para fins de divulgação interna aos beneficiários. Esse material servirá para que os empregados da Companhia Docas do Pará possam optar, por meio de votação (intranet ou outro meio eletrônico), utilizando o e-mail institucional, para escolher a empresa que melhor atende às suas necessidades e que, por conseguinte, deverá ser contratada.

25.3.1. O material de divulgação deverá ser encaminhado pela(s) credenciada(s) em até 03 (três) dias úteis, a partir da data de solicitação da Contratante, devendo conter, obrigatoriamente e minimamente, a rede credenciada disponibilizada.

25.3.2. O material encaminhado pela credenciada deverá respeitar as vedações estabelecidas pela Portaria MTE Nº 1.707, de 10 de outubro de 2024, ou outra que vier a substituí-la, a qual estabelece vedações e definições acerca do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Desse modo, fica expressamente vedada a oferta, por parte das credenciadas, de quaisquer benefícios indiretos aos empregados ou à CDP, tais como programas de recompensa (*cashback*), bônus de boas-vindas ou créditos adicionais sem lastro financeiro correspondente, nos termos da Lei nº 14.442/2022.

25.3.3. Os beneficiários terão o prazo de 03 (três) dias úteis para votar na empresa de sua livre escolha, a partir da publicação no canal interno de comunicação (intranet ou outro meio eletrônico).

25.3.3.1. Ao término do período de votação, será emitido e publicado o Aviso de Escolha de Credenciada por Votação Eletrônica, contendo o resultado da votação e a indicação da(s) empresa(s) escolhida(s) pelos empregados para prestar os serviços objeto do credenciamento.

25.4. A(s) empresa(s) contratada(s) absorverá(ão), respectivamente, todos os empregados que nela(s) votaram, não havendo, portanto, possibilidade de o empregado votar em uma empresa e aderir a outra(s) que tenha(m) sido contratada(s).

25.5. Os empregados que não participaram da votação e aqueles que votaram em uma empresa que não atingiu o percentual mínimo para a contratação terão prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da homologação das credenciadas, para manifestarem-se formalmente à Supervisão de Administração e Recursos Humanos - SUPARH a fim de optar por uma das contratadas habilitadas. Após esse prazo, os que não se manifestaram serão alocados automaticamente no contrato da empresa mais votada.

25.6. Os empregados a serem admitidos após a votação poderão optar pela empresa que lhe interessar dentre o rol disponibilizado.

25.7. Os empregados poderão solicitar alteração do prestador do serviço, respeitada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, caso haja mais de uma contratada.

25.8. Após a alteração do prestador do serviço pelos empregados, não haverá necessidade de manutenção do percentual mínimo a que se refere o item 25.1, por qualquer empresa que tenha sido contratada, até o fim da vigência do contrato.

25.9. A(s) contratada(s) poderá(ão) adotar estratégias legais a fim de atrair empregados para sua base de usuários, na forma da legislação.

25.10. A(s) contratada(s) deverá(ão) atender às solicitações, integral ou parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, não sendo permitida a exigência de faturamento mínimo.

25.11. A(s) contratada(s) deverá(ão) manter o atendimento à CDP e aos usuários, incluindo eventuais substituições de cartões, na hipótese de rescisão antecipada ou término do prazo contratual.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Ruben C. da Cunha**, Supervisor Administração de Recursos Humanos, em 06/05/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11218652** e o código CRC **7BA7A927**.



Referência: Processo nº 50901.000113/2026-77



SEI nº 11218652